



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 09/2012

**ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e oito dias do mês de Maio, do ano dois mil e doze, pelas vinte horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 8ª Sessão Extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de António José Real da Fonseca, Joaquim Campos e Alcina Trindade, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO-----

PONTO 2 - SOCIEDADE INTERMUNICIPAL ALÔ-DIGITAL – PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, NA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DE 19-12-2011, RELATIVA À DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO-----

PONTO 3 - CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE – POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO OLIVAL DO PANCAS-----

PONTO 4 - PROC. 47685/RC – ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO VALE PEQUENO - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2003 DO BAIRRO VALE PEQUENO – FREGUESIA DA PONTINHA-----

PONTO 5 - RELATÓRIOS DAS COMISSÕES-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pelo seu substituto legal **Eugénio Marques**. -----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Duarte**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**, pelo Membro **Francisco Silva**.----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **António dos Anjos Ferreira**, pelo Membro **Alcina Trindade**.-----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pela sua substituta legal **Sofia Mateus**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Fátima Amaral**, pelo Membro **Adventino Amaro**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Figueiredo**, pelo Membro **João Lourenço**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores Sandra Pereira, Carlos Bodião e Rui Francisco, pelas bancadas do PSD e CDU, respetivamente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:----

José Falcão, pela bancada **BE**, apresentou uma **Moção** sobre **“Pelo fim da Rua 28 de Maio em Odivelas**, (documento 1) que seguidamente se transcreve.-----

“Tendo em conta que: -----

1. O dia 28 de Maio assinala, desde 1926, o golpe militar que levou à queda da Primeira República e deu origem a 48 anos de ditadura fascista em Portugal -----
 2. O golpe militar de 1926 deu origem ao Estado Novo, plasmado na constituição de 1933;-----
 3. Essa “longa noite” ficou marcada pelo desrespeito das mais básicas liberdades individuais, proibição do divórcio, falta de liberdade das mulheres, falta de proteção social, fraquíssimo serviço de educação, guerra colonial, etc.; -----
 4. A ausência de democracia e a falta de liberdade de expressão foram impostas e reforçadas por uma brutal repressão protagonizada pela polícia política;-----
 5. A memória histórica desse período deve ser preservada e divulgada, tendo como objetivo evitar que se repita um regime deste género; -----
 6. Em Odivelas, na freguesia de Odivelas, existe uma rua chamada 28 de Maio, a qual, pelo simbolismo referido no início desta recomendação, evoca, comemora e, de certa forma, enaltece um acontecimento histórico que em nada dignifica os valores da liberdade e democracia do nosso estado;-----
- A Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 28 de Maio de 2012 delibera:-----
1. Condenar veementemente o regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926 -----
 2. Recomendar a alteração do nome da Rua 28 de Maio, na freguesia de Odivelas (bairro dos Cágados), para outro nome que seja discutido pelos órgãos da Freguesia na base de propostas que sejam consensuais.” -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

Pela bancada do **PS**, foram apresentados dois **Votos de Congratulação**, sobre **“Agregações de escolas do Concelho de Odivelas”** e **“Adenda ao Tratado Europeu para Promover o Crescimento e Emprego”**, documentos nº 2 e 3 respetivamente e que seguidamente se transcrevem:-----

“Na 7ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, foi deliberado acompanhar o parecer negativo da Câmara Municipal de Odivelas à proposta da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) de agregação de escolas no Concelho de Odivelas, no seguimento das auscultações



Assembleia Municipal de Odivelas

prévias junto da Comunidade Educativa e do Conselho Municipal de Educação.-----

Esta proposta contemplava a agregação de todas as escolas secundárias até ao final deste ano escolar (Escola Secundária de Odivelas com o Agrupamento de Escolas Avelar Brotero; a Escola Secundária de Caneças com o Agrupamento de Escolas de Caneças; Escola Secundária Braamcamp Freire com o Agrupamento de Escolas da Pontinha, e a Escola Secundária Pedro Alexandrino com o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião), com exceção da Escola Secundária da Ramada e do Agrupamento de Escolas Vasco Santana, que ficaria condicionada a uma reorganização prévia do número de alunos.----

As reservas colocadas à proposta prenderam-se essencialmente, com:-----

- A difícil compatibilidade da proposta de agregações com os objetivos e os princípios orientadores do reordenamento da rede educativa plasmados, plasmados na carta educativa concelhia; -----
- O facto de, as agregações de escolas avançarem à margem de uma necessária reflexão partilhada e na ausência de um estudo técnico científico devidamente fundamentado;-----
- A coincidência entre a reorganização das escolas e a revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário, ou seja, em simultâneo com a realização dos exames nacionais, com o processo de matrículas, com a organização do ano escolar e com obras de requalificação de fundo a decorrerem em duas escolas secundárias de Odivelas;-----
- O facto de os mandatos dos conselhos gerais e dos diretores de escolas agrupadas e não agrupadas, legitimamente eleitos, bem como os regulamentos internos e os projetos educativos das escolas se encontrarem em vigor ao final do ano letivo 2012/2013;-----
- A indefinição quanto à gestão conjunta dos recursos materiais financeiros e humanos, existindo um Contrato de Execução celebrado entre a Administração Central e a Câmara Municipal de Odivelas, no que à gestão do pessoal não docente do pré-escolar ao ensino básico.-----

Tivemos, esta semana, a boa notícia de que as Escolas de Odivelas já não se encontram entre as Escolas a Agrupar.-----

Este é um sinal de que as preocupações dos Órgãos Municipais, do Conselho Municipal de Educação, das Direções das Escolas e da Comunidade Educativa estavam certas e a prova de que, quando trabalhamos juntos, com um mesmo propósito agregador e demonstramos capacidade de diálogo e fundamentação na argumentação a nossa voz chega mais longe.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 8ª Sessão Extraordinária, de 28 de Maio de 2012 delibera congratular-se com esta decisão da DREL, que corresponde a um recuo nas intenções do Ministério da Educação, por entender que esta é a que melhor serve as escolas e, acima de tudo, os alunos deste Concelho.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"A Assembleia da República aprovou, no passado dia 23 de Maio, a proposta do Partido Socialista de uma Adenda ao recentemente ratificado Tratado Orçamental, de modo a promover o Crescimento, o Emprego e a Coesão Social. Tal aprovação mandata o Governo português para, nas sedes próprias, defender mecanismos de reforço destas dimensões no processo europeu.-----

Com esta resolução, o Governo português deverá passar a adotar uma posição explícita e ativa de não cingir a agenda europeia a uma política de austeridade e controle orçamental. Esta, demasiado rígida, tem tido os resultados conhecidos e é insuficiente, quando não mesmo contraproducente, para relançar a economia europeia e promover crescimento, prosperidade e coesão.-----

Numa altura em que cada vez mais vozes influentes na Europa vão de encontro a estas e outras preocupações neste sentido, a aprovação desta Adenda é um sinal importante dado por Portugal.-----

Algumas das propostas constantes da resolução, como a criação de uma taxa sobre as transações europeias e a promoção de uma estratégia comum de eliminação dos paraísos fiscais, mereceram um consenso alargado, tendo recolhido aprovação do PS, do PSD, do CDS e do BE. Apenas o PCP e o Partido Ecologista "Os Verdes" votaram contra todas as propostas.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 8ª Sessão Extraordinária, de 28 de Maio de 2012, delibera: -----

- Congratular-se pela evolução de posições políticas que permitiu a aprovação desta Adenda, que consubstancia prioridades essenciais para a economia europeia e, de modo muito premente, para Portugal; -----
- Congratular-se com a possibilidade de renovação de um consenso alargado sobre matérias europeias em Portugal, que se posto em causa enfraquece a causa europeia em Portugal e, externamente, a posição de Portugal na Europa;-----
- Saudar todos os esforços que possam ser feitos para, à escala europeia, imprimir mais dinamismo e substância a prioridades relacionadas com o crescimento económico, a criação de empregos e a coesão social. -----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** da Assembleia foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**;-----

Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**;-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Machado**, pela bancada do **PSD**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, referente ao documento nº 3-----

José Falcão, pela bancada do **BE**-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, apresentou um requerimento à Câmara Municipal de Odivelas

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

Pelas **21h00m**, trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **21h15m** os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usou da palavra o seguinte Deputados Municipal:-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU, BE e Independente, com os votos contra da bancada do CDS/PP e com abstenção da bancada do MPT.-----

Documento nº2, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PSD;PS; CDS/PP, MPT e Independente, com os votos contra da bancada da bancada da CDU e com abstenção da bancada do BE.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que será transcrita em ata -----

Documento nº3, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, MPT e Independente, com os votos contra da bancada da CDU e do BE, e com abstenção da bancada do CDS/PP.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Adventino Amaro**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto e que seguidamente se transcreve: -----

"Esta congratulação por uma adenda que não acrescenta absolutamente nada, que não diz nada e que não resolve nada àquilo que foi assinado também pelo PS. É uma manifestação de facto de oportunismo, ou seja, é de necessidade de se mostrarem diferentes daqueles que cegamente seguem aquilo que foi assinado por o PS, por o PSD e pelo CDS. Dando um exemplo e vamos supor que por absurdo ou talvez nem tanto, a Câmara Municipal admitia que "aqui na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em frente aqui a este edifício admitia que fosse construída um prédio com seis, sete ou oito andares, obrigando todos os utentes a dar uma grande volta para chegar ao seu destino e as paredes estavam pintadas de laranja e aparece alguém muito indignado a propor que as paredes fossem pintadas de cor-de-rosa. Então como era mais bonito de cor-de-rosa votávamos todos a favor em vez da cor laranja." Não, o que estamos contra é o prédio que foi ali construído e é aí que de facto o PS está responsável por tudo aquilo que é o facto da questão. Estas adendas, isto é folclore, não adianta nada e que não resolve nada é só para lançar poeira para os olhos do "zé-povinho". Daí que vamos estar contra esta operação de cosmética que não resolve absolutamente nada" -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra ao Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido Aprovado por Unanimidade. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram duas inscrições do público. -----

Usou da palavra a Senhora **Maria Santos**, tendo feito referência a armazéns abandonados ao Senhor Roubado. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Usou da palavra o Senhor **Mário Simão**, tendo feito referência ao posto de transformação no centro da Rua Aquilino Ribeiro, no sítio da Várzea.-----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra ao Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes-----

Após este período, o Senhor Presidente em Exercício deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia. -----

PONTO 1 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO-----

Presente para deliberação, a "Proposta de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na lei Nº 8/2012, de 21 de fevereiro", de acordo com a informação nº3992 de 2012.04.13, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 8ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 18.04.2012, que será transcrita em ata. -----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção e que seguidamente se transcreve:-----

"Apesar da proposta que vem a esta Assembleia Municipal conter no essencial aquilo que é feito em quase todos os municípios ou que está a ser feito, pensamos que se poderia ter ido mais longe na justificação, para se poder entender melhor aquilo que é pedido à Assembleia Municipal. Mas vamos agora apresentar o nosso entendimento relativamente a esta matéria. Considerando que no dia 22 de Fevereiro de 2012, entrou em vigor a lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova regras aplicáveis à função de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 6º, da referida lei, a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua



Assembleia Municipal de Odivelas

reprogramação, contrato de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com o município e parceria público-privadas está sujeita a autorização prévia, na alínea c, deste mesmo artigo é referido a Assembleia Municipal quando envolvam entidades da administração local. Considerando também o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, que determina a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação de venda ou compra em prestações com encargos, não pode ser efetivada sem previa autorização conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedem o limite de cem mil euros em cada um dos anos económicos seguintes ou da sua contração e o prazo de execução de três anos. De acordo com o disposto no artigo 14º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação desta lei irão ser regulados por Decreto-Lei, mas a falta de regulamentação da referida lei não impede que se proponha a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais. A obtenção de previa autorização da Assembleia Municipal, nos termos anteriormente configurados irá determinar todos os procedimentos de contratação publica com efeitos económicos plurianuais tendo como objetivo as áreas de intervenção mencionadas e constantes do artigo 5º, só podem legalmente ser iniciados, com a adoção da decisão administrativa e da de contratar desde que se encontre conquistado tal formalismo. Nos termos do quadro legal em vigor e em condições normais, as Assembleias Municipais têm anualmente cinco sessões ordinárias, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, situação que pode administrativamente tornar a aplicação de tal mecanismo de difícil execução pratica, apesar de entendermos que a questão das reuniões ordinárias está ultrapassada com o modelo que escolhemos para funcionamento da Assembleia Municipal, consideração que a obtenção por parte do órgão deliberativo de parecer genérico favorável a assunção de tais compromissos financeiros plurianuais em situação devidamente justificadas designadamente pela sua diminuta expressão financeira poderá vir a introduzir maior simplificação a tal procedimento sem comprometer o princípio de legalidade que lhe está subjacente, considerando também, que em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma lista com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, estamos em condições de aprovar esta autorização genérica, esperando que a mesma não desvirtue o papel de acompanhamento e fiscalização por parte da assembleia municipal.” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Na tónica das intervenções anteriores, reforçando o seguinte, quer dizer, depois de ouvirmos aqui declarações públicas de responsáveis do Partido Socialista dizer que os Municípios não estão capazes de gerir recintos desportivos, três campos de ténis, não são capazes de saber os prédios devolutos, a Senhora Presidente disse que era incompetente para saber os prédios devolutos, não sermos capazes de supor os problemas que vamos ter com os SMAS e por isso contratamos duzentos ou cento e oitenta mil euros de pessoas para resolver esse problema, de não sermos capazes, porque pela mesma tónica, de trabalhar bem na saúde e no ambiente e por isso também temos avenças nisso porque não somos capazes, eu temo muito que tenhamos que resolver com mais outra avença problemas que isto vai gerar, porque as pessoas até agora têm-se mostrado, isto não são palavras minhas, são palavras que estão em ata, espero que estas palavras estejam em ata ou mesmo que não estejam em ata ou pelo menos estão registadas e todos vocês se lembram seguramente, mesmo que venham dizer mais tarde que não perceberam o que eu disse, o que eu queria fazer, o que eu queria falar, etc. De facto, nos últimos dois meses assistimos aqui a declarações de incompetência por parte desta Câmara, que não sei porquê nós podemos estar em condições de dar avais para pessoas que são incompetentes para gerir o normal de coisas fáceis e portanto não são incompetentes para poderem gastar sem controlo de facto desta Assembleia Municipal. Acho muitíssimo estranho, que pessoas avisadas depois de todas estas declarações de incompetência, se mantenham favoráveis a votar em branco para estas questões.-----"

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Eu percebo que justifiques a proposta, mas foram um bocado infeliz os exemplos, portanto vou dar de barato e não vou bater mais nisso, mas faço outra coisa que penso que é importante e que a Lúcia também já falou, é que nós ouvimos o Mário Máximo falar em relação ao que se passa no Vale do Forno, da proposta que já estão a discutir, é uma boa notícia finalmente, porque há anos que o Bloco tem



Assembleia Municipal de Odivelas

apresentado propostas para discussão da ocupação daquele espaço e é zero, não há hipótese, não se faz ou nem respondem. Agora em relação à história dos Agrupamentos, ouvimos isto, mas está-se a fazer? É que da outra vez também estávamos a fazer, até tínhamos um grupo para o IMI, estávamos a fazer, não estávamos e agora é a mesma coisa, está-se a fazer alguma coisa de facto? E porque é que não se discute seriamente propostas de intervenção para aquele espaço que sejam agregadoras de uma política de participação, quando se fala de participação, numa situação daquelas tão importante como é aquela zona ali, numa altura destas. Porque é que não aproveitamos seriamente, quando toda gente diz que há muita boa vontade, para participação popular etc., já falei isto em relação ao Silvado e ao Pavilhão do Silvado, já falei nisto em relação ao Mercado, porque é que nós não aproveitamos de fazermos de facto uma discussão seria sobre que perspetivas, que propostas, quer a população e querem os autarcas e isto é uma coisa séria para discutir e não apenas, que estamos a falar agora com os proprietários, que se calhar vão pedir mais. Bom, ao fim de vários anos a perguntar se havia alguma ideia para aquilo, foi preciso o que aconteceu, o incêndio também, o que continua a acontecer e o que pode vir a acontecer para se começar a falar, mas é só falar, porque é que não se lança um debate público? Qual é o problema de se lançar um debate público, sobre a ocupação de um espaço de Rei, Rainha, como é aquele espaço para a população do Concelho de Odivelas? Porquê? E não me digam que aquilo é privado e não se pode fazer, não é verdade. E de facto é isto que é importante, eu sei que as pessoas normalmente como o Bloco só quer é criticar e mais nada, estamos a fazer propostas muito concretas, abrangentes para a população de Odivelas e isso significa dinheiros e se vamos discutir estas coisas em conjunto, todos ou não? É muito importante, porque não basta só dizer que agora estamos a discutir com os proprietários do terreno, mas discutir e depois o que é que se faz? Aquilo é um problema público, estamos a discutir quantas horas, quantos dias, quantos meses e anos vamos discutir? Quanto? E foi a base de resposta que foi dada que me parece que não resolve absolutamente nada e não é séria, porque sério é dizer o que é que estamos de facto a pensar, para um problema público, de segurança pública, que tem pouco a ver com os interesses especulativos dos proprietários do terreno". -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Senhor Presidente, eu gostaria de me recentrar nesta proposta que a Assembleia Nacional de Municípios faz e que a Câmara de Odivelas gostaria de reiterar, como evidentemente membro desta Assembleia e queria lembrar que as Assembleias Municipais têm por função de facto fiscalizar as Câmaras, mas em termo destes conceitos de fiscalização, há aqui uma coisa que importa clarificar, uma coisa é aquilo que se entende por uma fiscalização democrática e que é feita numa democracia aberta, participada e de cidadania, outra coisa é uma fiscalização controladora feita em nome de certos interesses populares, eleitos não se sabe por quem e por isso, acho bem que se espere pelas eleições e nas eleições veremos então



Assembleia Municipal de Odivelas

quem é que faz essa fiscalização. Relativamente ao senhor deputado XaraBrasil, eu convido-o a apresentar aqui e agora uma proposta que aqui tenha vindo, que nos tenha feito perder tempo, porque tinha vindo mal feita, enganadora, irregular. Ou o senhor apresenta o exemplo de uma proposta ou aquilo que o senhor disse foi uma falácia". -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção em defesa da honra face intervenção da Deputada Eduarda Barros, que seguidamente se transcreve -----

"Não preciso de ir mais longe, basta ir ver a proposta que aqui vem de cedência de terrenos de Pero Pinheiro" -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Estas discussões vão muito para lá daquilo que nós estamos realmente a discutir e a decidir, ficámos agora a saber que nos vamos encontrar nas próximas eleições, sabemos agora que a senhora deputada Lúcia Lemos vai ser candidata pela CDU, muito bem senhora deputada. Primeira questão, tenho a dizer que, o que a Senhora Deputada disse aqui relativamente aos programas dos partidos, não é verdade, porque é uma Lei de 2012, que não podia estar num programa que foi apresentado em 2009. Estamos aqui de facto a falar de coisas surrealistas, falamos aqui de válvulas de escape, de mil lavagens, eu penso que estamos até quase numa oficina, só falta aqui falarmos se a Câmara está a carburar bem ou não, é só o que falta. Ao senhor deputado Xara Brasil tenho a dizer-lhe que de facto tem toda a razão, as avenças são à esquerda, para cima, para baixo e à direita também, conforme o senhor bem sabe. Como sabem e já foi muito bem explicado pelo senhor Deputado Miguel Cabrita esta recomendação é uma recomendação da Associação Nacional de Municípios e eu agora tenho uma pergunta muito concreta ao executivo. Na sexta-feira, estivemos na Assembleia Metropolitana e o Deputado Miguel Cabrita também lá esteve, assim como, e o Senhor Presidente da Junta Metropolitana, Carlos Humberto, da CDU, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro. O Senhor Presidente da Junta Metropolitana, anunciou que as negociações para o empréstimo entre mil a mil e quinhentos milhões de euros, estão bem encaminhadas, neste caso em concreto, será para limpar dívidas em atraso. Se este empréstimo se vier a realizar e se as Câmara puderem beneficiar dele, o artigo 7 da Lei, diz que a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento a um aumento dos pagamentos em atraso, isso já sabemos, como é obvio, mas depois no artigo oitavo, no número dois diz, a aplicação do disposto no número anterior às entidades nele referidas cessa quando estas deixem de ter pagamentos em atraso. Depois no número quatro, o impedimento previsto no numero anterior, cessa no momento em que as entidades nele referidas retomem o valor dos pagamentos em atraso anterior à violação do disposto no artigo sétimo.



Assembleia Municipal de Odivelas

Neste caso, a pergunta que eu tenho em concreto é o seguinte: se de facto se concretizar este empréstimo, por parte do Governo, que está previsto para as Câmaras fazerem o seu saneamento das dívidas com mais de noventa dias, se de facto será necessário manter a autorização genérica ? -----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS-----

O **Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vice - Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O **Senhor Presidente em Exercício da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e Independente, com os votos contra das bancadas CDU, CDS/PP e BE, e com abstenção da bancada do MPT.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Miguel Cabrita, Miguel Xara Brasil e Lúcia Lemos, pelas bancadas do PS, CDS/PP e da CDU**, que seguidamente se transcrevem:-----

Miguel Cabrita: *“É do conhecimento publico que a somar ao estrangulamento financeiro das autarquias e das camaras municipais em particular, não apenas financeiro, também o ataque político que tem sido feito em muitas frentes contra o poder local, houve alem das questões financeiras, o estrangulamento processual das camaras, que veio a ser provocado por esta Lei, se levada à letra máxima das suas implicações e consequências. Já aqui foi dito quase por todas as bancadas que esta lei é uma lei má, negativa, que prejudica o poder local, as autarquias. E o PS nunca concordou com esta lei, aliás tomou claramente posição nesta assembleia, propondo e votando documentos sobre esta matéria. Seguramente que esta lei não estava no programa eleitoral do PS, nem a nível nacional nem a nível autárquico. Duvido que estivessem no programa eleitoral de qualquer partido, mesmo daqueles que suportaram na assembleia republica esta lei. Mas em qualquer caso, o PS nem a nível nacional nem local, aprovou esta lei. Portanto começo por dizer que é com alguma surpresa, que vejo o deputado Xara Brasil condenar esta lei, e condenar que as camaras municipais, procurem adaptar-se à situação perante a qual foram confrontados, que não é uma posição da camara municipal de Odivelas, é uma posição unanime dos autarcas, por considerar que esta é uma lei que basicamente paralisa e impede as camaras de funcionar. Acho que é um exercício espantoso, que não tendo condenado esta lei na devida altura, agora se faça aqui um exercício de culpar a camara municipal de Odivelas, por se procurar proteger minimamente que é, basicamente adaptar-se ao novo quadro legal em que nos encontramos. O que nós temos é uma má lei, e esta alteração genérica o que pretende é impedir que camara municipal de Odivelas, fique*



Assembleia Municipal de Odivelas

sobrecarregada, entupida, paralisada. A palavra é esta paralisada. Já não bastam as regras apertadíssimas em termos financeiros, como se acrescenta novos circuitos, nos mecanismos da aprovação da Assembleia Municipal. Já aqui demos exemplos muito recentes nesta matéria, basta pensar no ponto sobre as mil lavagens de autocarro, sobre o qual nenhuma bancada teve nada a dizer. O que é que há dizer sobre mil lavagens de autocarros? Andou de uma sessão para sessão, porque não se cumpriu as ordens de trabalho, demorou meses a conseguir lançar este concurso, até que na última assembleia, aprovámos esta questão. E quem diz este exemplo, dirá outros se não tivermos esta autorização. Consumíveis, fotocópias, fritadeiras para refeitório, máquinas e manutenção. Há um conjunto matérias que nós deveremos interrogarmos, porque nunca vieram assembleia municipal, e agora tiveram que vir. Há um conjunto de questões que nunca vieram a esta assembleia municipal, e com esta nova lei tiveram que passar a vir. Isso são coisas, com devido respeito, embora considere que a assembleia municipal se pronuncie sobre muita coisa, tem que ter esse poder fiscalizador. Agora acho que nós nos devemos interrogar, porque durante tantos anos, a assembleia municipal não se pronunciou sobre este tipo de questões, e de repente começaram a surgir pontos, que mais uma vez com o devido respeito, não ouvi aqui ninguém se pronunciar sobre isto. Inclusive o PS, não estou a excluir-me desta situação. Portanto se nunca vieram à assembleia municipal, e passariam a vir, aquilo que acima de tudo isto pretende impedir que passem a vir coisas que nunca vieram, e que iriam entupir a assembleia municipal, e paralisar a camara municipal, também do ponto de vista processual. No fundo o que se está a fazer é, adequar a gestão da camara a um quadro legal com o qual, repetimos o PS não concorda. Agora, a gestão de dinheiros públicos, é adequar a gestão dos órgãos municipais, dos órgãos públicos, às condições legais que estão estabelecidas. Nós estamos contra esta lei, mas só porque temos uma má lei, não podemos ficar aqui numa política de barricada, negar a realidade. Nós temos que saber gerir os órgãos municipais. Se há bancadas, e nós percebemos muito bem porquê, preferiram que não fosse assim, que se comesçassem criar utopias permanentes na gestão municipal, isso é uma questão que não nos diz respeito. Agora, a assembleia municipal, e certamente a bancada do PS, tem que ter uma posição de responsabilidade, e vai tê-la certamente, que é garantir que a camara municipal tenha condições para continuar a gerir a camara como pode. Porque esta autorização, na verdade, é uma válvula de escape, mas não é uma válvula de escape para escapar ao controle da assembleia municipal, é válvula de escape para permitir que a camara funcione, em termos de gestão, como pode apesar de tudo funcionar, e os limites já são muito estreitos no âmbito desta lei nº8/2012, para que não se demorem semanas, meses a aprovar coisas muito simples, e com o devido respeito, não têm que ser aprovadas pela assembleia municipal. Portanto, o que nós temos que fazer, é procurar não paralisar a camara e garantir situações mínimas de gestão, apesar de tudo com este quadro legal adverso, com o qual não concordamos. E importa dizer mais uma coisa, esta autorização é genérica, mas basta ler os termos em que ela está formulada, e própria formulação pela camara, a alteração é genérica, mas não é ilimitada nem



Assembleia Municipal de Odivelas

incondicional; antes pelo contrário bastante balizada e muito clara nessa matéria. É completamente falso que a camara escape ao controle da assembleia, não há nenhum cheque em branco, é falso, e repito, basta lerem os documentos, e ver os termos em que estão feitos formulados. Tudo o que implicar, como já aqui foi dito, compromissos plurianuais, superiores a pouco menos de cem mil euros por ano, vem a esta assembleia. Tudo o que não constar das GOPS's, nestes termos, vem à assembleia. Além disso mesmo que não tivesse que vir assembleia, ter de estar de acordo com a lei nº8/2012, e nós sabemos que esta lei impõe limites muito estreitos. Dizer que há um cheque em branco, ou que há uma fuga de controlo às assembleias municipais, é levantar um fantasma e procurar levantar poeira onde ela não existe. Importa também dizer que, mesmo os dossiers ao abrigo da autorização genérica que deixarão de ser fiscalizados nos termos em que até agora, segundo a lei nº 8/2012 seriam, é obrigatório que a camara traga a esta assembleia, todos os dossiers que são aprovados ao abrigo desta autorização, isto é, em cada reunião ordinária a camara está obrigada a informar a assembleia daquilo que decidiu ao abrigo desta autorização. Portanto não é verdade que vamos ter que discutir para o café. Esta assembleia continuará a ser informada dos dossiers que são aprovados ao abrigo desta autorização, não é verdade que haja um cheque em branco, não é verdade que haja informação que seja sonegada, não é verdade que se esteja a criar uma opacidade anteriormente inexistente. Por último, gostava de frisar uma questão que me parece decisiva, é que a camara municipal de Odivelas, não se lembrou de fazer isto pela sua própria recriação e inventando esta autorização. Esta autorização corresponde a uma recomendação da ANMP, não é das camaras, é dos municípios. Esta autorização nos exatos termos que está ser aprovada, corresponde a algo que foi aprovado pela ANMP. E a pergunta que faço é porquê? Se a questão tão estranha, tão pouco transparente, uma questão como muitos deputados aqui nesta assembleia, por vezes vêm aqui trazer, fosse uma questão suspeições, de tentar fugir a alguma coisa, porque é que a ANMP propôs, se isto é algo tão estranha, tão desnecessária, porque é que foi a ANMP, vem propor uma aprovação nestes termos, na minuta que foi aprovada pela ANMP. Eu não entendo isto, é algo que muitas camaras, de todas os partidos estão a fazer. E o que me espanta, é que estamos a discutir esta questão como se fosse algo que fosse a camara municipal de Odivelas, e mais nenhuma. Isso não é verdade. Aliás eu gostaria de saber, se a bancada da CDU nesta assembleia, pode garantir que nenhuma camara gerida pela CDU está a fazer isto. Se tem esta garantia, gostava que aqui a desse. Esperarei por essa garantia."

Miguel Xara Brasil: *"Realmente o que vem aqui não é mais do que aproveitar uma falha da lei, e estamos a aproveitar a falha, precisamente para contrariar o espírito da lei. E pergunta-se se isto é razoável, se é uma atitude de bem, apanharmos uma falha e com isso contrariarmos o espírito da própria lei. Isto não é mais do que contornar a lei e dar liberdade total ao executivo para assumir despesas em verbas até aos cem mil euros, portanto não sei o que depois passamos aqui a fazer, numa época em que*



Assembleia Municipal de Odivelas

o controlo é cada vez mais apertado, esta proposta parece-nos ainda mais inacreditável, por um lado tenta-se controlar, por outro lado pede-se cheques em branco, até cem mil euros. Isto é abrir a porta à contratação, com muito maior descrição das tão conhecidas avenças e tarefas, da prestação de serviços externos, isto é abrir a porta a isto até ao valor de cem mil euros ano. E no fim de contas o que entendo que a Senhora Presidente pretende com esta proposta é reforçar os seus poderes em matéria de despesas. E o rigor da Senhora Presidente e deste executivo, em matéria de despesa, penso que já nós todos conhecemos com o descalabro financeiro que tem vindo a ocorrer neste executivo.” -----

Lúcia Lemos: *“Relativamente a esta proposta apraz-me alguns comentários. Primeiro, aqui está o exemplo de que uma lei má, pode conduzir a uma péssima proposta na assembleia municipal. Recordo-me quando esta lei foi apresentada pela primeira vez, todos os autarcas, e nesta Assembleia, a Senhora Presidente da câmara desta autarquia, afirmar que esta lei, era uma má lei para as autarquias. Pois bem, serve-se agora um texto legal mau, para apresentar uma proposta, ou seja, aprofunda-se o erro, retirando ao órgão deliberativo, o órgão por excelência que representa os munícipes do concelho, para fazer uma proposta errada a esta assembleia. Mas há outra maneira de olhar para o documento. Esta é uma proposta do executivo PS, apoiado no PSD, e ambos nos seus programas eleitorais, concorreram às eleições, assegurando aos munícipes de Odivelas, que iriam gerir corretamente o dinheiro publico. Inclusive a Senhora Presidente gosta de afirmar várias vezes, que “...a política é a ciência das decisões...e que é gerir bem o dinheiro publico.” E eu pergunto: como é que se concretiza a democracia quando se retiram aos órgãos deliberativos, aos órgãos de suprema representação dos munícipes, a fiscalização sobre o endividamento das autarquias, até trezentos mil euros, em três anos. O que aqui se pede, é que esta assembleia municipal, dê um cheque em branco à Câmara Municipal, para contratar cerca de cem mil euros ano, sem que haja uma autorização prévia da assembleia municipal. Afinal eu, mesmo que procura-se muito nos programas eleitorais do PS e do PSD, não encontrei nenhuma alínea, que dissesse, “Senhores munícipes nós vamos gerir bem o erário publico, mas sem fiscalização dos deputados municipais, ou seja, em quem os senhores estão a votar para vos representar na Assembleia Municipal, não é para fiscalizar a ação da camara, quando nos formos endividar, com base numa lei má, até trezentos mil euros por ano. Pode dizer-se varias coisas sobre isto, mas a questão de fundo aqui meus senhores, é de fato como é que se entende a democracia, nós estamos numa democracia de faz de conta? Se estivermos pedimos isto, cheques em branco. Passem-nos um cheque em branco, que os membros da assembleia, não precisam tão pouco analisar o que vamos fazer, em termos de contratação. Dão-nos uma autorização genérica, e quando daqui a uns dias soubermos e ouvirmos algumas notícias, de endividamento, de contratações, os deputados irão comentar provavelmente no café, como fará qualquer munícipe. E não dando uma autorização prévia sobre a contratação. Nós ouvimos o senhor deputado Luís Salmonete, afirmar aqui que apesar de achar que deveria ser melhor aprofundada a*



Assembleia Municipal de Odivelas

explicação. Senhor deputado Luís Salmonete, não há nada a explicar. Está aqui explicado: até trezentos mil euros durante três anos, até cem mil euros por anos, os deputados da assembleia, bem podem não existir. E quando se tomam decisões destas, e se fazem propostas, e as palavras ocas em nome do povo, da democracia representativa, traduzem-se depois em decisões más para aprofundar leis erradas. Como devem calcular tem o nosso voto contra. E oxalá como sempre tem acontecido o futuro nos dê razão, não se venham arrepender de passar cheques em branco ao executivo, que não cumprimos a nossa função que é fiscalizar.” -----

PONTO 2 - SOCIEDADE INTERMUNICIPAL ALÔ-DIGITAL – PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, NA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DE 19-12-2011, RELATIVA À DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO-----

Presente para deliberação, a “Sociedade Intermunicipal ALÔ-DIGITAL – Proposta de Ratificação de Votação da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, na Reunião de Assembleia Intermunicipal de 19-12-2011, relativa à Dissolução/Liquidação da Associação”, de acordo com a informação nº2012/4843 de 2012.05.11, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 16.05.2012, que será transcrita em ata. -----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra ao Senhor Vice -. Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

O Senhor Presidente em Exercício colocou o ponto à discussão não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

O Senhor Presidente em Exercício, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS; PSD; BE; CDS/PP, MPT e Independente e com abstenção da bancada da CDU.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 3 - CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE – POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO OLIVAL DO PANCAS-----

Presente para deliberação, a “Cedência em Direito de Superfície – Posto de Abastecimento de combustíveis no Olival do Pancas”, de acordo com a informação nº2948 de 2012.03.12, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 16.05.2012, que será transcrita em ata. -----

O **Senhor Presidente em Exercício** deu a palavra ao Senhor Vice -. Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usou da palavra o seguinte membro da Assembleia Municipal:-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: ---

“Primeiro que tudo e já para ficarem a saber, a bancada da CDU irá votar a favor. Mas tínhamos aqui uma sugestão a fazer ao executivo, sabemos que as empresas petrolíferas apresentam no final do ano relatórios financeiros altamente positivos e sabemos também que por todo este país, que neste tipo de contratos existem em muitos municípios, uma ajuda às instituições de utilidade pública quando são em termos de contrato ou recontratos ou novos contratos e portanto o que sugerimos aqui, devido à grande dificuldade que atravessam as instituições de utilidade pública e estamos a falar das associações, dos clubes e dos bombeiros, a exemplo do que acontece nos outros municípios, é que ou através da parte da verba mensal ou através da oferta de combustível ou através da oferta de uma percentagem sob o combustível vendido e estou a apontar 3 casos, casos diversificados por todo o país, em relação a outras instituições. Sugeriria portanto isso ao executivo.” -----

O **Senhor Presidente em Exercício**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 4 - PROC. 47685/RC – ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO VALE PEQUENO - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2003 DO BAIRRO VALE PEQUENO – FREGUESIA DA PONTINHA-----

Presente para deliberação, o "Proc. 47685/RC – Administração Conjunta do Bairro Vale Pequeno - Proposta de Aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003 do Bairro Vale Pequeno – Freguesia da Pontinha", de acordo com o processo nº 47685/RC, Folha 5144, de 2012.05.07, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 16.05.2012, que será transcrita em ata. -----

O **Senhor Presidente em Exercício** deu a palavra ao Senhor Vice -. Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usou da palavra o seguinte membro da Assembleia Municipal:-----

Substituto Legal do Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **Eugénio Marques**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**.-----

O **Senhor Presidente em Exercício**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Foi apresentada uma **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Eugénio Marques**, pela bancada do **PS**, que seguidamente se transcreve:-----

"Só para felicitar e congratular-me com os bairros da freguesia da Pontinha que estão num bom caminho, a semana passada o Vale Grande, esta semana aprovarmos aqui o Vale Pequeno, a curto prazo pensamos que grande parte dos bairros da Pontinha, terão o seu problema resolvido." -----

PONTO 5 – RELATÓRIOS DAS COMISSÕES-----

O presente Ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente em Exercício** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 22h 50 m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1ª Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -

O Senhor Presidente em Exercício:

António Soares

O 1º Secretário:

[Signature]

O 2º Secretário:

Alina Miranda